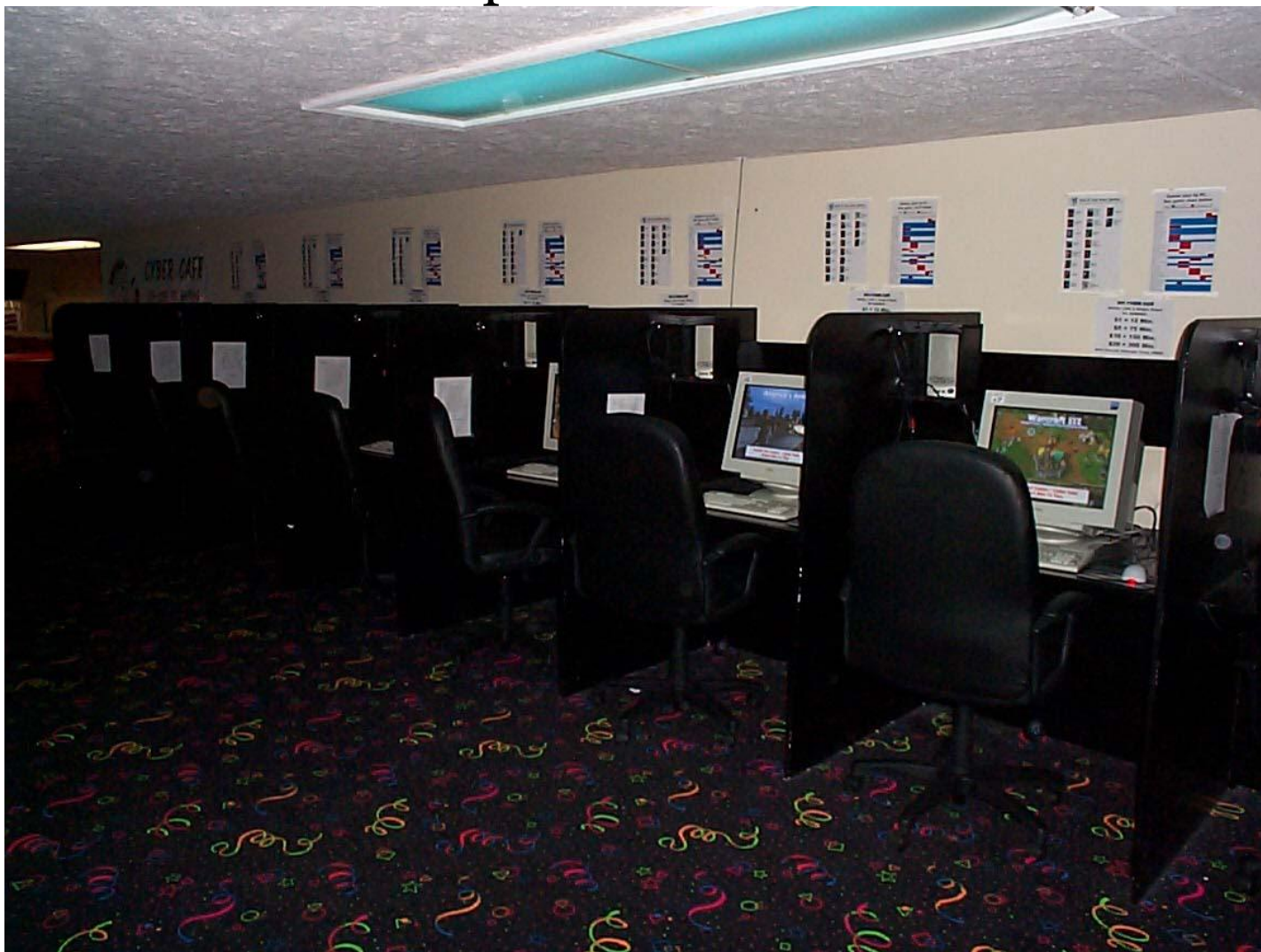


## Internet sob controle

A esquerda brasileira está fazendo de tudo para acabar com o livre-pensar na rede



O plano da esquerda para controlar o livre-pensar na rede que é símbolo da liberdade de expressão, anonimato, descentralização, privatização e outros termos proibidos pela esquerda raivosa.

Mais o endereço do blog que pode mudar esta situação horrorosa de transformação das pessoas em meros números.

### >>> ESPECIAL

Amílcar Brunazo Filho

ACÚMULO DE PODERES E TRANSPARÊNCIA

ELEITORAL

Como e porque devemos desconfiar das urnas eletrônicas

### >>>ÍNDICE

Artigos	2	7 Mitos sobre o Vietnã	12
Cartas	4	Opinião Liberal	14
Capa	3	Aquecimento Cerebral	16
Especial	9	Créditos & Expediente	17

# Artigos

## >>>Klauck Soares

### A INFLUÊNCIA POSITIVA DOS INGLESES

A China cresce assustadoramente. Por que?

A Índia está dando um banho até mesmo no Brasil, cresceu 8% no ano passado. Por que?

A resposta é: a influencia passada dos ingleses que fizeram de Hong Kong colônia e Índia colônia também, essa influencia positiva foi através da adoção do capitalismo liberal, e o modelo educacional.

Todos nós sabemos que a China observava muito Hong Kong, principalmente a economia, achavam espantoso o crescimento que lá se verificava. Por causa disso a China em vez de tornar Hong Kong um país comunista, está fazendo o contrário, está usando dos empresários e a tecnologia empreendedora daquele pequeníssimo território como modelo a ser espalhado por toda a China. Hong Kong era conhecido pelos especialistas como o país mais liberal do planeta, mais liberal que a própria Inglaterra que a dominava. Mesmo antes de Hong Kong ser anexado a China, o governo chinês trabalhavam a passos largos para tornar a China um grande pátio de obras e fabricas dirigidas por capitalistas do mundo todo.

Na Índia foi mais demorado, mas começou a emergir, investimento na educação foi massiva promovendo um salto qualificativo na mão de obra indiana que encontra lugar para trabalhar até mesmo nos Estados Unidos.

As religiões Hindu, Islâmica são os principais entraves para aceitação das regras ocidentais, por ideologia ou tradição de ancestrais. Mas mesmo assim a Índia cresce.

A África do Sul também recebeu a influencia inglesa é considerado pais mais prospero do continente africano. Os outros países trataram de destruir tudo que fosse de herança inglesa por causa dos socialistas que lá se acomodaram. Lamentável, não é? Na verdade os ingleses foram os primeiros países a adotarem o capitalismo clássico, alavancando o progresso em seus territórios de domínio que mais tarde influenciaram suas economias. Bem como as doutrinas cristãs protestantes, diferentes das idéias da igreja católica da época.

## >>>Rodrigo Velea

### DITADURA DO HOMOSSEXUALISMO

Sem dúvida, o homossexualismo tomou conta da grande mídia, propagando seu estilo de vida. Até aí nada demais, já que existe liberdade de expressão. O problema vem quando o movimento homossexual quer utilizar a liberdade de expressão para reprimir aqueles que são contrários a essa prática sexual.

Pois entrando no site<sup>1</sup> do jornal "O Globo" temos uma amostra inequívoca desta criminalização da dissidência promovida pelas ONGs gay:

#### **Leis bizarras aguardam aval de vereadores**

Entre elas, a criação do Dia do Orgulho Heterossexual<sup>2</sup>

Essa lei só poderia ser considerada bizarra se o heterossexualismo fosse considerado bizarro. Só que o mais estranho de tudo isso, que o Dia do Orgulho Homossexual é considerado normal. Então podemos deduzir de início o seguinte: primeiro, nem todos são iguais perante a lei, alguns têm direito a um dia especial só porque resolveram fazer sexo com pessoas do mesmo sexo. Segundo, o sexo heterossexual é bizarro, mesmo que ele preencha o requisito fundamental para o sexo: a reprodução da espécie.

A forma mais eficiente de reprimir a dissidência é caracterizá-la como homofobia. Uma coisa é discordar do homossexualismo baseado em preceitos religiosos e biológicos, outra coisa é querer queimar os homossexuais em praça livre. Embora tenhamos reservas morais em relação ao homossexualismo, nós, liberais, não podemos sair caçando homossexuais, visto que seu ato não viola diretamente nossas vidas, liberdades e propriedades.

Outro aspecto da ditadura do homossexualismo é o fanatismo que as ONGs gays defendem a "imutabilidade" da opção sexual, geralmente utilizando o desesperado argumento de que a opção sexual é algo genético; se isso fosse verdade, estaríamos ainda nos tempos da caverna e impedidos de evoluir graças ao nosso código genético. A "prisão" gay é muito eficiente já que obriga os "imutáveis" a contribuírem financeiramente para com as ONGs gays. Engraçado, as ONGs, braço executivo da esquerda como PT e companhia, acredita na recuperação de criminosos mas barra qualquer tentativa de se reconhecer que uma pessoa tem o controle de sua vida sexual.

Resumindo, as ONGs homossexuais nada mais são do que tentáculos da esquerda para que se possa implantar no Brasil os regimes de Cuba, China, União Soviética e Coréia do Norte, locais onde os homossexuais são condenados à morte. Bela liberdade que os ongueiros promovem.

<sup>1</sup> Velea, Rodrigo. Screenshot do "O Globo Online". 02 Feb. 2006

<<http://photos1.blogger.com/blogger/3090/131/1600/screenshot.0.jpg>>.

<sup>2</sup> Apolinario, Carlos. "Processo Legislativo." Projeto de Lei nº 294/2005 de 24/05/2005. 26 Set. 2005. Câmara dos Vereadores. 02 Feb. 2006 <<http://www.camara.sp.gov.br/projintegrapre.asp?fProjetoLei=294/05&sTipoPrj=PL>>.

Em ano de eleição só se pensa nisso. O restante da vida nacional esmaece ou mesmo apaga diante do espetáculo muitas vezes degradante da política, levado aos picadeiros do país para deleite do respeitável público.

Como único candidato, se bem que negue tal evidência, o presidente Luiz Inácio conforme faz desde sua posse tem se dedicado ao auto-elogio e ao ataque a seu antecessor. Aliás, a oposição sistemática de seu partido durou oito anos de forma ininterrupta. Foi assim que o PT obteve êxito na demonização de Fernando Henrique Cardoso e grande parte da sociedade foi eficientemente persuadida através da mídia, da universidade e da Igreja de que estava diante do pior governante que o Brasil já teve. Rapidamente a memória do povo, que elegeu e reelegeu FHC especialmente por conta do êxito do Plano Real, se esvaiu sob intensa propaganda petista, enquanto Luiz Inácio era ainda mais santificado como o puro, o ético e, também, por atributos negativos (entre eles seu despreparo para o cargo), o que revela muito sobre o caráter nacional na medida em que enaltece anti-heróis e anti-valores com aquela naturalidade própria de nossa plasticidade moral.

Na relação PT/PSDB surgiu uma dualidade interessante. Para o PT, o PSDB é o inimigo. Para o condescendente PSDB o PT pode eventualmente em campanha ser o adversário. Já o presidente Luiz Inácio, que trai um tremendo complexo de inferioridade diante de Fernando Henrique, atribui a esse os males do Brasil, mas não se importa em copiar sua política macroeconômica nem de tentar repetir seus programas sociais. No fundo o PSDB é um demônio cômodo para o PT que achou o bode expiatório para seus próprios erros, fracassos e a espantosa corrupção que se assiste. Este é o mesmo mecanismo que atribui aos Estados Unidos a culpa pelas mazelas latino-americanas, oriundas na verdade da mentalidade do atraso que grassa no continente.

Com o resultado das eleições municipais, quando a imprensa falou em polarização entre PSDB e PT, petistas recrudesceram os ataques ao PSDB, a suave e diplomática agremiação de punhos de renda que contrasta com a truculência da república sindical que tanto sucesso faz, e nesta campanha tal tendência irá aumentar.

No momento o PT parece temer menos José Serra e mais Geraldo Alckmin. Isso é perceptível na medida em que o governador de São Paulo é crivado de ataques que vão do apelido de picolé de chuchu à “denúncia” de ser ele membro da Opus Dei. Entra em discussão uma possível opção religiosa de Alckmin que, se fosse dirigida ao mítico ex-dirigente sindical seria condenada como intolerável preconceito. A Luiz Inácio basta ser “religioso a sua maneira”, como definiu um bispo amigo. E apesar de se dizer que Alckmin não é conhecido, contraditoriamente é taxado de insosso sem que lhe dê chance de mostrar realmente como é. Provavelmente o PT receia o contraste entre sua estrela barbuda e o homem educado, de fala correta e bem articulada, que demonstra inteligência e comprova eficiência através de realizações efetivadas ao longo de sua carreira pública. Alckmin é “perigoso” na medida em que poderia atrair simpatias em performances televisivas de campanha. De todo modo, ainda não se sabe quem o PSDB lançará, sendo que no momento seus caciques parecem se inclinar para José Serra.

Com os demais partidos, excluindo o PFL, o PT mantém uma relação de calculada indiferença. Exceção feita ao PMDB (que é governo e oposição ao mesmo tempo) que seria o grande sustentáculo da reeleição do candidato Luiz Inácio.

Com a queda da verticalização, que aumentou a mixórdia partidária, o PMDB poderá lançar candidato à presidência da República (quem sabe apoiando Luiz Inácio por debaixo do pano, como já fez com Ulysses Guimarães) e fazer as coligações que quiser nos Estados, sobretudo, com o PT. Diante dessas duas máquinas de poder, a luta será desigual, o que faz com que alguns voltem a apostar na reeleição de Luiz Inácio.

De todo modo, com exceção do presidente, os demais candidatos ainda não estão definidos e pode ser que durante a campanha surja uma oposição para valer. A política é mutável e cheia de surpresas, e só as urnas em outubro poderão mostrar se venceu a máquina federal, a propaganda enganosa e a compra de votos – ou se o povo aprendeu a lição.

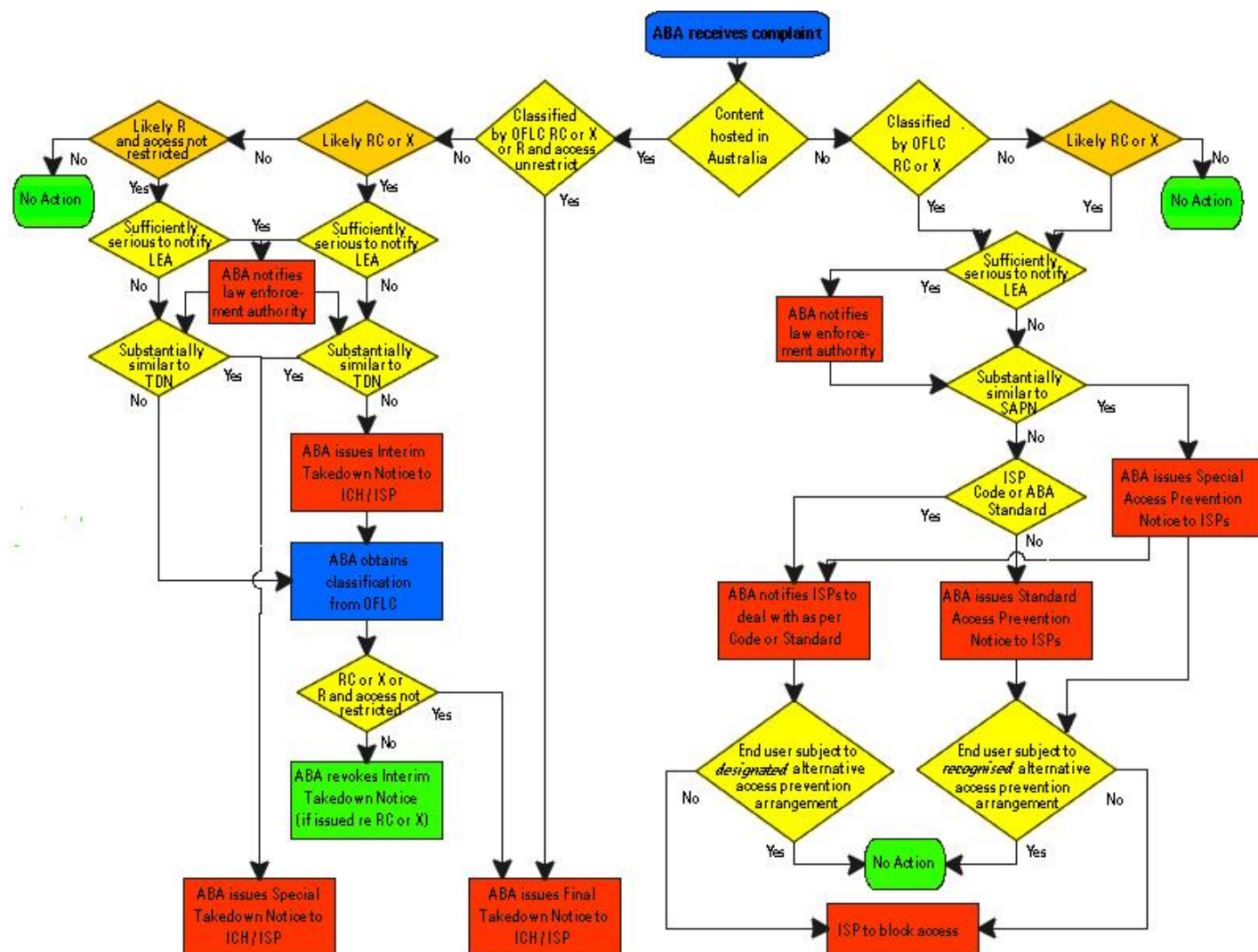
Mas enquanto no Brasil só se respira clima eleitoral, no resto do mundo sumimos do mapa. Luiz Inácio não foi nem em Davos nem em Caracas. Em ambos os fóruns ele não tem mais espaço. Em Davos os países que importaram como nações em ascensão foram a China e a Índia. Em Caracas a estrela foi Hugo Chávez, ídolo e condutor das esquerdas latino-americanas. Melancolicamente fomos reduzidos à insignificância que o governo do PT, em que pese suas bravatas, nos conferiu.

# Cartas

Mandar as cartas para  
[registroliberal@yahoo.com.br](mailto:registroliberal@yahoo.com.br)



# Cadê seu Internet Card?



Este é o fluxograma da censura australiana. No Brasil é assim: está errado (definido por PT, PSBD e companhia) → cadeia.

A esquerda sempre demonstrou total desprezo as liberdades individuais, já que estas violam frontalmente os preceitos babacas de igualdade, coletivismo e supremacia do “bem público” sobre o bem individual. Isso para não falar no ódio que eles tem contra soluções descentralizadas e desconcentradas do Politburo central, ou seja, os mais altos níveis de governo. O esquerdista típico não consegue assimilar a idéia de que, por exemplo, um município possa determinar sua forma de governo, incluindo mas não limitado, a existência do cargo de prefeito e de um poder legislativo local pago. Para não mencionar a iniciativa privada que pode se autoregular, sem a necessidade de um estado tosco e paternalista.

Então podemos, com o parágrafo inicial, deduzir que a Internet é um risco para as idéias alopradas do esquerdismo. Para ser mais honesto, a Internet se configurou como o maior risco que a esquerda já teve, vamos listar os motivos:

1. **FALTA DE CONTROLE CENTRAL:** A Internet não possui um controle centralizado com regras uniformes sobre acesso e conteúdo. A Internet é totalmente descentralizada, existindo apenas convenções voluntárias sem *binding authority*.
2. **LIBERDADE ABSOLUTA DE EXPRESSÃO:** A Internet permite uma liberdade absoluta de expressão, já que o conteúdo de qualquer coisa pode estar em qualquer lugar, sendo que esta transferência é praticamente irrastrável, dada a quantidade absurda de dados que trafegam por segundo.
3. **ANONIMATO:** Existe na Internet inúmeras ferramentas para que uma pessoa esconda sua identidade e seu local de acesso, upload e/ou download de dados. Isto dá aos dissidentes da opressão esquerdista uma arma imprescindível para o combate ao socialismo.

Para uma melhor análise do tema, vamos dividi-lo em duas partes: Controle Global da Internet e Controle no Acesso.

## >>>Controle Global da Internet

A Internet não tem exatamente uma estrutura rígida de hierarquia. Existem várias organizações que servem para manter a Internet, a principal delas é a ICANN<sup>3</sup> (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) cuja função é delegar os nomes de domínio e os números de IP, e também designar os *top-level domains* genéricos, como os “.com”, “.net” e outros. A ICANN é uma organização sem fins lucrativos que opera graças a um acordo<sup>4</sup> com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Já podemos perceber que a ICANN oferece subsídios inquestionáveis para a raiva esquerdista:

1. É uma organização privada, embora sem fins lucrativos e
2. O pior de tudo, é uma organização americana com um contrato com o governo americano.

A existência da ICANN alvoroçou os esquerdistas, que tiveram uma idéia para poder controlar a Internet: a criação de um Fórum de Governança da Internet que seria controlado pelo *clearinghouse* global do esquerdismo, a Organização das Nações Unidas.

Tudo começou quando Kofi Annan, secretário-geral da ONU, escreveu um artigo<sup>5</sup> em 2002 sobre tecnologia da informação:

And if all countries are to benefit, we must define an inclusive, long-term vision and approach for the future. That is one of the main reasons why the United Nations General Assembly has decided to hold, under the leadership of the International Telecommunication Union, a "World Summit on the Information Society," in two parts: The first in December 2003 in Geneva, and the second two years later in Tunis.

Então foram feitos os dois encontros. O primeiro foi feito em Genebra em 2003. O plano de ações<sup>6</sup> de Genebra tinha como metas, estabelecer conexões de Internet para escolas, bibliotecas, governos e outras entidades que não tenham finalidade lucrativa.

O próximo encontro foi em Tunis, capital da Tunísia, de 16 a 18 de novembro de 2005. A principal discussão do encontro em Tunis foi a governança da Internet. Houve uma disputa ferrenha para tentar alterar a forma que a Internet é administrada atualmente. A principal mudança seria criar um órgão da ONU para gerenciar o gerenciamento da rede. Esta proposta<sup>7</sup> foi redigida pelo Working Group on Internet Governance, contendo fortes reservas ao sistema atual, ver parágrafo 15.

As críticas também foram uma parte integrante de Tunis 2005. A primeira delas é o próprio país-anfitrião, que é conhecido por seu desprezo à liberdade de expressão, tendo bloqueado<sup>8</sup> websites, negado vistos de entrada a vários participantes e um regime não-democrático. A segunda fonte<sup>9</sup> de críticas é o fato de que muitos países que fariam parte de um órgão de controle da Internet são países com notórios retrospectos de controle da Internet como China, Cuba, Paquistão, Rússia e Brasil. A terceira fonte<sup>10</sup> de críticas é o fato de que a criação deste órgão poderia criar inúmeras redes com protocolos diferentes, inviabilizando totalmente a Internet.

Os Estados Unidos foram um dos poucos países, se não o único, que se opôs a esse tipo de controle. O governo americano temia, e teme, que a Internet possa se transformar numa rede vigiada onde o discurso não-esquerdista seja censurado devido seu desrespeito às “minorias”, “segurança nacional”, e outros argumentos que a esquerda adora usar.

No relatório final<sup>11</sup> foi colocada a necessidade de se discutir novamente a governança da Internet.

## >>>Controle no Acesso

Como dito anteriormente, o Brasil é favorável ao controle da Internet por um órgão global capitaneado pela ONU. Esse comportamento é muito simples de se explicar: há inúmeros projetos e tentativas para controlar o acesso a Internet.

Na Câmara dos Deputados há o Projeto de Lei 3016/2000 de autoria do deputado Antonio Carlos Pannuzio (PSDB-SP) cuja ementa é a seguinte:

Dispõe sobre o registro de transações de acesso a redes de computadores destinados ao uso público, inclusive a Internet.

<sup>3</sup> "ICANN." Wikipedia, The Free Encyclopedia. 29 Jan 2006, 13:49 UTC. 2 Feb 2006, 14:01 <<http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=ICANN&oldid=37211661>>.

<sup>4</sup> Domain Names: Management of Internet Names and Addresses. 02 Feb. 2006 <<http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/icann.htm>>.

<sup>5</sup> Annan, Kofi. "Perspective: Kofi Annan's IT challenge to Silicon Valley." *News.com* 5 Nov 2002. 02 Feb 2006 <<http://news.com.com/2010-1069-964507.html?tag=lnh>>.

<sup>6</sup> Plan of Action. 12 Dez. 2003. International Telecommunication Union. 02 Feb. 2006 <<http://www.itu.int/ws/ids/docs/geneva/official/poa.html>>.

<sup>7</sup> Working Group on Internet Governance. "REPORT FROM THE WORKING GROUP ON INTERNET GOVERNANCE." 3 Ago. 2005. 02 Feb. 2006 <<http://www.itu.int/ws/ids/docs2/pc3/html/off5b/index.html>>.

<sup>8</sup> IFEX. "IFEX Campaigns." *Internet Blocking*. 02 Feb. 2006 <<http://campaigns.ifex.org/tmg/blocking.html>>.

<sup>9</sup> Rosett, Claudia. "'Divide' and Conquer?." *OpinionJournal.com* 16 Nov 2005. 02 Feb 2006 <<http://www.opinionjournal.com/columnists/cRosett/?id=110007554>>.

<sup>10</sup> McCullagh, Declan. "Perspective: Power grab could split the Net." *News.com* 3 Out 2005. 02 Feb 2006 <[http://news.com.com/2010-1071\\_3-5886556.html](http://news.com.com/2010-1071_3-5886556.html)>.

<sup>11</sup> World Summit on the Information Society. *Tunis Commitment*. 18 Nov. 2005. International Telecommunication Union. 02 Feb. 2006 <<http://www.itu.int/ws/ids/docs2/tunis/off/7.html>>.

O projeto de Pannuzio foi apensado aos seguintes projetos que falam sobre o mesmo assunto da ementa:

**TABELA 1: Apensados ao PL 3016/2000**

Número	Autor	Ementa
3303/2000	Antonio Feijão (PST-AP)	Dispõe sobre normas de operação e uso da Internet no Brasil.
3891/2000	Julio Semenghini (PSDB-SP)	Dispõe sobre o registro de usuários pelos provedores de serviços de acesso a redes de computadores, inclusive à Internet.
4972/2001	José Carlos Coutinho (PFL-RJ)	Dispõe sobre o acesso à informação da internet, e dá outras providências.
5977/2001	Divaldo Suruagy (PST-AL)	Dispõe sobre a disciplina de acesso e uso dos serviços da INTERNET pelos estabelecimentos de ensino e órgãos públicos em geral.
7461/2002	Eni Voltolini (PPB-SC)	"Dispõe sobre a obrigatoriedade dos provedores de acesso a Internet manterem cadastro de usuários e registro de transações."
480/2003	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Dispõe sobre o cadastramento dos usuários de serviços de Internet e disponibilização de dados à autoridade policial e dá outras providências.
1256/2003	Takayama (PSB-PR)	Estabelece obrigatoriedade aos provedores da rede internet que operam no Brasil, a identificação para participantes com acesso a salas de encontros virtuais de conteúdo sexual e restringe a veiculação e troca de imagens de conteúdo sexual.
2196/2003	Waldemir Moka (PMDB-MS)	Dispõe sobre a divulgação de mensagens pelos usuários de provedores na Internet e demais redes de computadores abertas ao uso do público.
4562/2004	Silas Brasileiro (PMDB-MG)	Dispõe sobre a identificação de assinantes de serviços de correio eletrônico em redes de computadores destinadas ao uso público, inclusive a Internet.
5009/2005	Cabo Júlio (PMDB-MG)	Obriga as empresas de locação de terminais de computadores a manter cadastro de seus usuários e dá outras providências.

FONTE: Portal Câmara dos Deputados. "Proposição: PL-3016/2000". Consulta Tramitação das Proposições. 02 Fev. 2006  
<[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=18973](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=18973)>.

Em 2 de abril de 2004, os líderes partidários requereram urgência na aprovação do projeto de Pannuzio.

Já no Senado, o projeto mais comentado é o PLS 279/2003 do senador petista, tinha que ser, Delcídio Amaral. O projeto recebeu uma vaia<sup>12</sup> contundente no Estadão, embora eu não concorde com o argumento de que Amaral esteja com boas intenções. O projeto também foi alvo de críticas<sup>13</sup> de blogueiros também.

Entretanto, já existe uma lei aprovada pelo governador Geraldo Alckmin, doravante Herr Ahnenpaß, a lei 12.228/2006, que obriga os estabelecimentos comerciais que fornecem Internet a criar um cadastro, com duração mínima de 60 meses, conforme o artigo 2º da lei, que segue abaixo:

Artigo 2º - Os estabelecimentos de que trata esta lei ficam obrigados a criar e manter cadastro atualizado de seus usuários, contendo:

- I - nome completo;
- II - data de nascimento;
- III - endereço completo;
- IV - telefone;
- V - número de documento de identidade.

§ 1º - O responsável pelo estabelecimento deverá exigir dos interessados a exibição de documento de identidade, no ato de seu cadastramento e sempre que forem fazer uso de computador ou máquina.

§ 2º - O estabelecimento deverá registrar a hora inicial e final de cada acesso, com a identificação do usuário e do equipamento por ele utilizado.

§ 3º - Os estabelecimentos não permitirão o uso dos computadores ou máquinas:

1. a pessoas que não fornecerem os dados previstos neste artigo, ou o fizerem de forma incompleta;
2. a pessoas que não portarem documento de identidade, ou se negarem a exibi-lo;

§ 4º - As informações e o registro previstos neste artigo deverão ser mantidos por, no mínimo, 60 (sessenta) meses.

§ 5º - Os dados poderão ser armazenados em meio eletrônico.

§ 6º - O fornecimento dos dados cadastrais e demais informações de que trata este artigo só poderá ser feito mediante ordem ou autorização judicial.

§ 7º - Excetuada a hipótese prevista no § 6º, é vedada a divulgação dos dados cadastrais e demais informações de que trata este artigo, salvo se houver expressa autorização do usuário.

<sup>12</sup> "Invasão de Privacidade." O Estado de São Paulo 4 Dez 2005: A3

<sup>13</sup> Pilger, Charles. "Governo Tosco." Charles? Que Charles?. 21 Nov. 2005. 02 Fev. 2006

<<http://www.charles.pilger.com.br/blog/2005/11/21/governo-tosco/>>.

Na China, o registro só se mantém por 60 dias. Desnecessário dizer que a China é muito mais totalitária que o Brasil, apesar dos anseios de Lula, Marcio Thomaz Bastos, Herr Ahnenpaß, Zé Dirceu e outros. Em se falando de Herr Ahnenpaß, não podemos nos esquecer que foi idéia dele o cadastramento de telefones celulares pré-pagos. Esta idéia surgiu porque Herr Ahnenpaß não conseguia controlar os presidiários do PCC nas prisões paulistas. Só que o ilustre Herr Ahnenpaß não teve a capacidade de comprar uns detectores de metais tipo de aeroporto. Aí, ele atacou a privacidade alheia. Os resultados: prisões com celulares e novas modalidades de crime, como o falso seqüestro.

Para mais informações, atualizadas, é só entrar no meu blog “Não Sou Um Número” disponível em <<http://spaces.msn.com/naosouumnumero>>.



## Amílcar Brunazo Filho

## Acúmulo de Poderes e Transparência Eleitoral

Depois do Fiasco da Flórida na apuração dos votos da eleição presidencial de 2000, grandes jornais estadunidenses promoveram uma recontagem dos votos que terminou poucos dias depois do fatídico 11 de setembro de 2001. O resultado indicou que o presidente eleito teria sido, de fato, Al Gore e não Bush.

Iniciou-se, então, um processo de modernização dos equipamentos de votar nos EUA mas, depois de análises técnicas e testes em campo, o que está acontecendo por lá vai contra a intuição de muitos brasileiros que pensam nossas urnas eletrônicas como tecnologia eleitoral de ponta.

Notícias recentes indicam que vários Estados americanos, quase uma dezena, adotaram regras eleitorais que proíbem o uso de urnas-e do mesmo tipo que as brasileiras, isto é, daquelas urnas-e que não permitem um comprovante físico do voto conferido pelo eleitor e que possuem programas de computador fechados. Outros tantos Estados americanos caminham na mesma direção. Um fabricante de urnas-e, a Diebold que também fabricou 350 mil das urnas-e brasileiras, **foi banido como fornecedor no Estado da Califórnia.**

**Como entender este fenômeno?** Nossas urnas-e são bem vistas por aqui, já foram usadas no Paraguai e testadas Argentina, mas nenhum país desenvolvido as adota e nos EUA estão sendo proibidas.

Uma explicação plausível para este conflito de imagens e avaliações é **a incrível acumulação de poderes eleitorais do nosso Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** que, levado ao extremo, acaba por provocar um mascaramento da realidade da informatização do processo eleitoral entre nós.

A criação do TSE em 1932 visava democratizar as eleições brasileiras marcando o fim da época conhecida como a do Voto à Bico de Pena e da Política Café-com-Leite. Vários conceitos que são essenciais numa democracia moderna, como o voto universal, a inviolabilidade do voto e a transparência do processo, foram aperfeiçoados com o advento do TSE.

O problema clássico na distribuição dos poderes no processo eleitoral é a quem atribuir as funções de administração, de regulamentação, de fiscalização e de julgamento do contencioso. As soluções adotadas pelos diversos países são variadas.

É comum se deixar a operação das eleições com o próprio Poder Executivo nacional (como Finlândia e Argentina) ou municipal (como EUA, França e Alemanha), mas em alguns países (como Chile e Uruguai) a administração das eleições fica a cargo de órgãos autônomos não integrantes de nenhum dos Poderes tradicionais.

Já o Poder Judiciário nas eleições tanto pode ficar a cargo da Justiça Comum (como EUA e Itália) como ser responsabilidade de cortes especializadas.

Também a regulamentação e a fiscalização do processo eleitoral são exercidas de formas bastante variadas. Por vezes pelo Legislativo, outras vezes por instâncias diferentes do executivo. Por exemplo, em muitos Estados americanos a administração das eleições é municipal e a regulamentação e a sua fiscalização é de responsabilidade de órgão estadual, normalmente a Secretaria de Estado.

Porém **o nosso TSE foi estruturado de forma sui-generis e, no processo eleitoral, acumula atribuições dos três poderes tradicionais - judiciário, legislativo e executivo – retendo responsabilidades por vezes contraditórias e conflitantes** como: 1) administrar e operar todo o processo eleitoral; 2) regulamentar, por meio de suas Resoluções e Instruções, os procedimentos de todos os atores, inclusive os da fiscalização determinando como esta pode ou não pode proceder; 3) decidir, como última instância, todo o contencioso de natureza eleitoral, mesmo quando este envolva membros e comandantes da própria Justiça Eleitoral como parte no processo.

Apenas a fiscalização eleitoral não foi integralmente atribuída ao TSE, ficando parte dela a cargo dos Partidos Políticos. Mas a estes não é prevista nenhuma verba oficial para exercer a fiscalização e nem lhes é dado poder de regulamentá-la. Toda a verba governamental para as eleições, inclusive a verba para fiscalização deste processo, é destinado e controlado por este superórgão. Como fiscais, os partidos não têm com o que, e nem podem escolher como, fiscalizar.

Num equívoco inegável, deixou-se com o TSE o poder de regulamentar a fiscalização e ainda o controle de todos os recursos orçamentários oficiais utilizados em eleições. Também, **não é raro acontecer que um juiz eleitoral julgue causa em que ele próprio é, por extensão de comando, o réu, ou que um ministro do TSE decida os limites de uma fiscalização sobre atos efetuados sob sua própria responsabilidade.**

O Tribunal Superior Eleitoral é o único órgão integrante da Justiça Brasileira que detém funções administrativa e legislativa que extrapolam seu âmbito jurisdicional. Pode-se contar nos dedos de uma só mão, os países onde um só órgão acumula tantos poderes sobre o processo eleitoral como o nosso TSE.

De início, esta solução brasileira de ordenação dos poderes eleitorais funcionou bem. Deu maior credibilidade às eleições nacionais, pondo fim à desmoralizadora fama de eleições fraudadas que maculava a Velha República. E continuou a funcionar bem por muitos anos e eleições subsequentes, nas quais até se falava em fraudes eleitorais localizadas, mas não se tinha mais a sensação de fraudes em eleições majoritárias, para governador ou presidente.

Porém as inconveniências desta acumulação de poderes passaram a ficar evidentes com a chegada da computação ao processo eleitoral, em 1982, na primeira eleição geral para governador depois do período de exceção militar.

O Caso Proconsult, ocorrido no Rio de Janeiro em 1982 é emblemático. Na primeira totalização dos votos realizada com auxílio de computadores surgiram indícios fortes de fraude em eleições majoritárias, o que não acontecia desde a fundação do TSE em 1932.

Ao longo da primeira semana depois da eleição, a totalização oficial caminhava e se anunciava a vitória do candidato Moreira Franco. A Rádio Jornal do Brasil montou um simples mas eficiente esquema de totalização paralela e conseguiu seguir simultânea ao oficial, mas anunciava a vitória do candidato Leonel Brizola.

Iniciada uma investigação, ocorreu uma debandada geral nos escritórios onde os trabalhos estavam sendo executados. Quando os juízes chegaram aos computadores da Proconsult, encontraram o local abandonado, papéis e mais papéis jogados no chão, os trabalhos parados. Cancelada e reiniciada a totalização, semanas depois a vitória era de Brizola!

Pode-se argumentar que a estrutura jurídico-executiva eleitoral funcionou, detectando e pondo fim à primeira fraude informatizada que acompanhava a primeira eleição eletrônica no Brasil. Mas não foi bem assim.

A investigação pela Justiça Eleitoral só foi posta em andamento quando a pressão popular e internacional se avolumou. O resultado oficial fraudado foi revertido mas **nenhum responsável foi apontado**. Tudo ficou registrado como um simples erro de programação, o Diferencial Delta. **Um erro sem responsáveis**.

Ainda hoje não se encontra na história oficial da Justiça Eleitoral nenhuma referência a este caso. Procure-se no sítio do TSE na Internet a história da informatização eleitoral e ver-se-á que, segundo eles, as primeiras experiências com computação teriam começado apenas anos depois da Proconsult!

É fácil entender o que levou a este vazio de punições e de transparência no Caso Proconsult. A rigor, neste processo jurídico a Justiça Eleitoral ocupava os papéis de Administradora da Apuração (Poder Executivo) e, por isto, potencial Ré; de Investigadora (Poder de Polícia); e de Juíza (Poder Judiciário).

Reverteram-se os resultados, pois não havia como manter a totalização fraudada, mas não se responsabilizou a ninguém, o que implicaria em denunciar *interna corporis*. O “*espírito de corpo*”, desenvolvido dentro deste amplo órgão eleitoral, resultou em escamotear falhas e atenuar a punição dos responsáveis de uma forma que parece ter se tornado padrão.

Por exemplo, segundo notícia no Jornal Zero Hora de 26/08/96, erros no cadastro eleitoral, que abriam margem para votação de eleitores fantasmas, provocaram a exoneração do Secretário de Informática do TSE em 1996, Sr. Paulo Camarão, pelo Min. Marco Aurélio Mello. Mas esta exoneração acabou sendo revertida e em 1997, com a saída do Min. Mello da presidência do TSE, o Sr. Camarão retornou para ocupar a mesma função de responsável técnico pela informatização eleitoral do país, onde se encontra até hoje.

A confiança que este obscurantismo e manto de impunidade dá aos atores internos da Justiça Eleitoral é tanta que os leva até a cometer abusos documentados, como no caso da Resolução 20.714/2000 do TSE, onde o Secretário de Informática do TSE, ainda o mesmo Sr. Paulo César Camarão, recorreu a falsidades categóricas para esconder da opinião pública graves falhas de segurança do sistema eleitoral sob sua responsabilidade. Negou, por escrito, a existência de oportunidade para que programas de computador secretos feitos pela ABIN - agência de inteligência sucessora do SNI – pudessem intervir na apuração dos votos.

Porém, o Relatório da Unicamp desenvolvido sobre o sistema de 2000 atestou que tal oportunidade existia de fato, comprovando que eram falsas as informações sobre o funcionamento do sistema que o Secretário de Informática do TSE incluiu num diploma legal. Mas nenhuma consequência, nem mesmo uma advertência, recaiu sobre o Secretário de Informática do TSE por propositadamente desinformar os juízes, induzindo-os a erro de julgamento.

Em 1996, o TSE passou adotar as urnas-e para votação e apuração. Esta decisão é autorizada pelo Art. 152 do Código Eleitoral que, de forma clara e concisa, diz:

*“Lei 4.737/65 – Art. 152. Poderão ser utilizadas máquinas de votar, a critério e mediante regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral.”*

Nesta norma **é evidente a delegação de poderes executivo e legislativo ao órgão judiciário**. Por meio de atos normativos chamados Resoluções, o TSE define autonomamente todas as condições em que as fiscalizações são permitidas. E o TSE usa e abusa destes poderes acumulados como demonstram vários casos documentados. Um exemplo é o caso dos programas de computador fechados mantidos até hoje dentro das urnas eletrônicas.

O Art. 66 da Lei 9.504/97 dizia que os partidos, como fiscais, tinham direito ao conhecimento antecipado de todos os programas de computador utilizados, mas a Secretaria de Informática do TSE decidiu comprar parte dos programas sem exigir que os fornecedores abrissem os códigos-fonte (programa de computador em forma legível para auditoria) para a fiscalização.

Em 2000, o PDT, partido liderado justamente por Leonel Brizola e bem no estilo “*gato escaldado tem medo de água fria*”, impugnou os programas alegando que parte deles era mantida secreta, contrariando a lei. O presidente do TSE, Min. José Nery da Silveira, como chefe do executivo eleitoral era o responsável por cumprir a lei e apresentar os programas aos partidos. **Enfim, era o “réu da impugnação”. Mas foi também o relator e juiz deste processo e se auto-inocentou**. Sobrepôs a lei dos direitos autorais à lei eleitoral, **declarando que o TSE não precisaria mostrar aos fiscais os programas cujos direitos autorais não detinha!**

A notícia divulgada pelo TSE, e entendida pela sociedade, é que “*todos os programas foram apresentados e aprovados pelos Partidos*”. Omitiu-se que este “*todos*” referia-se a somente aos programas de propriedade intelectual do TSE.

O recurso contra esta absurda decisão, de que a lei eleitoral não precisaria ser cumprida pelo TSE, foi apresentada para julgamento do próprio TSE, que é sempre a última instância nestes casos. Nunca teve seu mérito julgado. Ficou engavetado até depois do fim das eleições e foi arquivado “*por perda de objeto*”. Resultado, **até as últimas eleições de**

**2002, o TSE ainda utilizou programas nas urnas eletrônicas cujos códigos fontes são mantidos longe dos olhos da fiscalização, e nada indica que deixará de utilizar.**

Outro exemplo das dificuldades que o TSE impõe à fiscalização é a sua sistemática recusa de dar acesso aos partidos políticos, pela Internet, aos boletins de urnas já digitalizados, dificultando a Totalização Paralela.

Foi uma totalização paralela, ao longo de uma semana, que permitiu a detecção da fraude no Caso Proconsult. Agora, com as urnas-e, o TSE totaliza tudo em apenas algumas horas e na noite do dia da votação o resultado está publicado. Não há mais uma semana para conferir os resultados.

Como atestou o Relatório da Sociedade Brasileira de Computação, os partidos não têm recursos técnicos, nem econômicos, para proceder a uma digitalização dos dados de 350 mil urnas-e em algumas horas.

Uma solução para viabilizar a fiscalização rápida da totalização seria o TSE dispor pela Internet, aos fiscais dos partidos em cada cidade, os resultados de cada urna, chamados de Boletins de Urna (BU). Os fiscais de posse das vias impressas dos BU, que recolheram nos locais de votação poderiam então conferir se os dados aceitos e computados pelo sistema de totalização oficial estão corretos.

Ao menos **seis sugestões ou pedidos formais neste sentido foram apresentados ao TSE. Todos foram ignorados sem se apresentar justificativas.** A explicação oficiosa fala em dificuldades técnicas, custos não previstos, etc.

**Mas porque devem os fiscais ter que pedir ao TSE para poder fiscalizar?**

**E porque o TSE, o fiscalizado, tem o direito de negar ou ignorar este pedido?**

A solução para esta situação **que tem comprometido a transparência eleitoral no Brasil** é óbvia. Devemos desconcentrar os poderes eleitorais.

- Criar um órgão normatizador eleitoral, dentro do Congresso Nacional, retirando este poder do TSE.
- Criar um órgão executivo eleitoral independente de comando direto dos poderes tradicionais, como no Chile, por exemplo.
- Criar um órgão fiscalizador composto pelos Partidos, mas com verba própria.
- Manter no TSE apenas a função judiciária.

Disponível em <<http://www.brunazo.eng.br/voto-e/textos/poderes1.htm>>.

# Sete Mitos sobre o Vietnã

## Mito #3

Os norte-vietnamitas (comunistas) venceram, em última análise, porque ocupavam uma posição moralmente superior. Lutavam por sua pátria contra um invasor estrangeiro.

Não houve triunfo do “povo” vietnamita, quando os EUA abandonaram o país. O manto da morte abateu-se, em seguida no Sudeste da Ásia e um autogencídio comunista (ou “democídio,” para usar o termo cunhado pelo Professor R.J. Rummel) arrancou milhões de vidas no Vietnã, Laos, e Camboja, causando ondas de refugiados não vistas desde as invasões mongóis.

Falar de “posição moral superior” para qualificar os açougueiros de Hanói é inaceitável. Quaisquer injustiças que, por ventura, tivessem sido infligidas ao Vietnã pelo colonialismo francês ou pelos governos apoiados pelos EUA não se comparam com a tirania, as torturas e com o democídio praticado contra o povo do Vietnã (Norte e Sul, indistintamente) após a “libertação.” A opressão comunista e o genocídio tiveram início muito antes de os EUA envolverem-se militarmente naquele país da Ásia. .

O Professor R.J. Rummel, em seu notável estudo de 1994, *Death by Government* (Morte pelo Governo), chama atenção para o fato de que “milhares entre os mais educados e mais brilhantes vietnamitas foram eliminados nos anos de 1945 a 1947, tempo que levaram os comunistas para estabelecerem firmemente o poder”.<sup>14</sup>

Em 1953 o Viet Minh comunista (como eram então conhecidos) lançou dois dos seus programas assassinos de “reforma agrária” no Vietnã do Norte: as campanhas de massa apelidadas de “rompe-céu” e “treme-terra”. “Um dispositivo particularmente chocante daquelas duas selvagens campanhas”, nota o Professor Rummel, era “o assassinato por quotas.”<sup>15</sup>

O Politburo do Partido Comunista ordenou que “5 por cento da população de cada vila e povoado fossem eliminados: 5 em uma vila de 100 pessoas, 25 em um povoado de 500 e 50 em uma localidade com 1000”. Rummel estima que a quantidade de assassinatos, só nessas campanhas, tenha sido entre 15.000 e 500.000.<sup>16</sup> Contas feitas, diz Rummel, entre 1953 e 1956 os comunistas mataram, provavelmente entre 195.000 e 865.000 Norte vietnamitas. Tratava-se de homens não-combatentes, mulheres e crianças.<sup>17</sup> Isso não pode ser classificado como ocupar uma “posição moral superior”.

Em 1956, o alto funcionário comunista Nguyen Manh Tuong admitiu que “ao destruir a classe proprietária de terras, condenamos inúmeros velhos e crianças a uma morte horrível”.<sup>18</sup>

Este mesmo padrão genocida tornou-se procedimento normal também no Sul. Foi demonstrado inequivocamente pelo massacre de Hue. Além de relatar exatamente o contrário do que ocorreu na [Ofensiva do Tet](#), a mídia esquerdista encobriu outra parte importante da história: as [atrocidades em massa](#) cometidas pelos comunistas na cidade de Hue, durante o Tet.

Quando os comunistas foram rechaçados de Hue, 26 dias mais tarde, havia milhares de desaparecidos. Descobriu-se uma série de covas coletivas onde estavam os corpos de 2.750 civis desaparecidos, executados a tiros, agredidos a pauladas até morrerem ou enterrados vivos. Igual número permaneceu desaparecido, sendo presumivelmente raptados ou executados. De acordo com o relatório produzido em 1972, pelo Sub-comitê do Senado Americano para Segurança Interna, intitulado *The Human Cost of Communism in Vietnam* (O Custo Humano do Comunismo no Vietnã), “os assassinatos, de maneira alguma eram aleatórios, mas efetuados a partir de diretivas explícitas e de listas de nomes, com os comunistas andando pelas ruas com suas pranchetas, e metodicamente retirando as pessoas de suas casas.”<sup>19</sup>

Hue antecipou os assassinatos em massa que estavam por vir, caindo o Sudoeste da Ásia nas mãos dos comunistas. Por anos a fio, entretanto, as vozes esquerdistas ridicularizavam como paranóicos os avisos sobre o banho de sangue que estava por vir. A realidade de Hue foi um golpe devastador em suas falsas certezas. E dessa maneira, encobriram o massacre.

O mesmo relatório do Senado continha o depoimento de vários intelectuais vietnamitas de renome, preocupados com o derramamento de sangue que viria em seguida a uma vitória de Hanói. Entre os que predisseram uma onda de execuções estavam comunistas arrependidos, baseados em sua própria experiência de campanhas de terror que eles e seus camaradas haviam perpetrado no Norte. O Coronel Tran Van Dac, que havia servido no Exército Norte-Vietnamita por 24 anos, previu, com base em sua experiência, que os comunistas matariam algo em torno de 3.000.000 de pessoas.

Outro coronel, Le Xuan Chuyen, um “herói” norte-vietnamita altamente condecorado, que abandonou o Partido Comunista após 21 anos de filiação, assegurou que em torno de 5.000.000 de pessoas no Vietnam do Sul estariam nas

<sup>14</sup> R. J. Rummel, *Death by Government* (New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1994), p. 246.

<sup>15</sup> Ibid., pp. 247-249.

<sup>16</sup> Ibid., p. 250.

<sup>17</sup> Ibid., p. 253.

<sup>18</sup> Ibid., p. 248.

<sup>19</sup> United States Senate Committee on the Judiciary, Subcommittee on Internal Security, 92nd Congress, 2nd Session, *The Human Cost of Communism in Vietnam* (Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1972), p. 8.

listas comunistas de “débito de sangue”; que de 10 a 15 por cento delas pagariam com a vida; que outros 40 por cento seria aprisionadas; e que o restante sofreria um processo de “reforma do pensamento.”<sup>20</sup>

O relato do Senado apontou:

muito pouco sabe o mundo ocidental dos maiores e mais terríveis incidentes terroristas – como massacre que ocorreu na [Vila Montagnard de Dak Son](#) em Dezembro de 1967, quando o Vietcong, atacando com lança-chamas, foi de casebre em casebre, queimando vivos mais de 250 moradores, dois terços deles mulheres e crianças. Além desses, 200 moradores de Dak Son foram raptados e nunca mais se soube deles. Os demais milhares de incidentes menores – igualmente desapiedados, igualmente cruéis e que fizeram muito mais vítimas do que os de maior monta – com raríssimas exceções, permaneceram desconhecidos.

Não chegou à imprensa, por exemplo, o ocorrido em 27 de Outubro de 1969, em que os comunistas colocaram uma armadilha no cadáver de um membro das Forças Populares de Auto-defesa, assassinado pelos primeiros: quatro dos familiares da vítima foram mortos por bomba oculta que explodiu à tentativa de se remover o corpo. Também não chegou à imprensa o acontecimento de maio de 1967, quando o Dr. Tran Van Lu-y relatou à OMS, em Genebra, que, ao longo de 10 anos os comunistas haviam destruído 174 dispensários, maternidades e hospitais; destruíram com minas ou metralharam 40 ambulâncias; e que haviam raptado ou assassinado 211 membros de sua equipe.<sup>21</sup>

O relatório do Senado concluiu que, com certeza, os comunistas seguiriam os precedentes e desenvolveriam um programa implacável de repressão e de morte. O Senador James O. Eastland, presidente do sub-comitê, disse: "Os fatos estão aí, as amostras são claras, as coisas que estão para acontecer estão delineadas com clareza assustadora"<sup>22</sup>

Tragicamente, as profecias do Senador Eastland e das outras "cassandras" mostraram-se exatas. Segundo os estudos do Professor Rummel, "Hanói provavelmente é responsável pela morte de quase 1.700.000 pessoas, sendo que 1.100.000 eram vietnamitas. O número real pode mesmo chegar perto de 3.700.000 mortos, com as vítimas vietnamitas chegando a 2.800.000."<sup>23</sup>

Disponível em <<http://www.midiaseemmascara.org/artigo.php?sid=3316>>.

---

<sup>20</sup> Ibid., p. 2.

<sup>21</sup> Ibid., p. 8.

<sup>22</sup> Ibid., p. 10.

<sup>23</sup> Rummel, p. 288.



## Invasões de terra: mais um esqueleto para o contribuinte

Por Cândido Prunes

O direito de propriedade no Brasil sofreu uma série de limitações legais nos últimos anos. Tanto a Constituição Federal, de 1988, quanto o novo Código Civil, de 2002, subordinam esse direito ao cumprimento de uma “função social” que não está definida em nenhum lugar. Esse movimento para restringir o direito de propriedade não é novo, e se insere num contexto político mais amplo de implementação gradual de um regime socialista no Brasil. Ainda que o direito de propriedade tenha legalmente se fragilizado, algumas regras jurídicas ainda o protegem teoricamente. Mas elas se tornaram praticamente letra morta, como se verá a seguir. A consequência dessa situação é que a médio e longo prazos o contribuinte será chamado para pagar pelos prejuízos causados pela ação dos movimentos dos sem-terra e pela omissão das autoridades.

Foi graças a um ambiente legal complacente com violações ao direito de propriedade que surgiram movimentos como o do MST. Fazendas por todo o Brasil têm sido invadidas pelos sem-terra como parte de uma estratégia para pressionar pela desapropriação de imóveis rurais. Essas invasões causam enormes prejuízos aos proprietários, pois quase sempre há destruição de cercas, casas, plantações e matança de gado, inclusive de matrizes. Os acampamentos às vezes ocupam por meses a fio uma propriedade, impedindo que os seus legítimos donos possam até mesmo continuar morando na sua propriedade. O MST provoca com essas ações, portanto, aquilo que em direito é denominado lucro cessante (o que o proprietário deixa de ganhar) e dano emergente (o prejuízo causado pela destruição de benfeitorias e o abate de animais). A invasão da propriedade rural do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é um bom exemplo de que o oportunismo político dos movimentos de sem-terra anda *pari passu* com o vandalismo.

A situação de conflito vivida no campo torna-se mais grave devido a dois fatores. O primeiro diz respeito à dificuldade que o proprietário enfrenta para se defender de uma invasão. Ele não tem meios para exercer o direito assegurado pelo novo Código Civil (que nesse sentido repete o disposto no código anterior), em seu artigo 1210, parágrafo primeiro: “O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse”. Às vésperas do plebiscito sobre o desarmamento – ao que tudo indica a aliança entre a cegueira e o cinismo sairá vitoriosa – já é virtualmente impossível que um fazendeiro consiga se opor a invasores. Sem armamento e munição adequados, como repelir um grupo de invasores que às vezes somam centenas de elementos? Tanto isso é verdade que *não se conhece nenhum caso de propriedade invadida cujo dono sozinho tenha expulsado os malfeitores, exercendo o direito assegurado pela legislação civil*.

O segundo fator que conspira contra o legítimo exercício do direito de propriedade é o despreparo e a falta de meios das forças policiais para enfrentar os casos de invasões. O problema já é antigo, e vem ganhando gravidade sem que os estados da Federação tenham equipado e treinado as polícias para assegurar o direito estabelecido no mesmo artigo 1210, *caput*: “O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho *e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado*” (o grifo é nosso, para indicar que se trata de uma inovação do Código Civil). Ora, quem tem a obrigação de manter, restituir e segurar o proprietário contra a violência é o Estado. Teoricamente, o dono de um imóvel rural que avisar a polícia sobre a ameaça de invasão contra a sua propriedade coloca o Estado na *obrigação legal* de impedir que isso aconteça. Mas isso é de fato, hoje, mera teoria. O Estado não só tem se revelado incapaz de *impedir* uma invasão como se mostrado inepto até mesmo para *restituir a posse* em casos de *ordem judicial*. Essa omissão injustificável dá à vítima de uma invasão o direito de obter *do Estado* uma indenização pelos prejuízos sofridos. E isso não é mera teoria.

Recentemente, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o estado pagasse uma indenização a favor de um fazendeiro cuja propriedade fora invadida. A Polícia Militar foi incapaz de cumprir a ordem judicial de restituição de posse. Depois de incontáveis dias e a destruição da sede da fazenda, os invasores abandonaram o imóvel. Como resultado, hoje o contribuinte brasileiro irá pagar uma indenização calculada precisamente em R\$ 554.874,98, além de juros moratórios, correção monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios calculados em 15% do valor da condenação. Ou seja, *a conta para o contribuinte já está acima de um milhão de reais*. O caso aqui mencionado, decidido pela Oitava Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, é uma história de horror em que a bandagem da invasão de terras encontra na complacência e na inépcia estatal os aliados ideais. Os fatos merecem ser conhecidos nos detalhes, pelas palavras do próprio desembargador que julgou a apelação:

*“Na noite de 18 de outubro de 1998, por volta das 22:00 horas, a sede da fazenda, onde morava seu filho Cyro Rezende Maschietto, foi invadida por cerca de trinta pessoas encapuzadas, portando armas. Tentou fugir com sua noiva, mas foi detido pelos assaltantes, que arrombaram a porta principal, invadiram a casa e dominaram o casal. Seu filho foi lançado ao chão, agredido e mantido sob a mira de três revólveres, diretamente apontados para a sua cabeça. Depois de trinta minutos, aproximadamente, os assaltantes identificaram-se como sendo integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Ato contínuo, ordenaram que Cyro fosse até as casas dos empregados da fazenda noticiar a invasão e solicitar que entregassem as armas que eventualmente possuísem. Por volta de 0:30 hora do dia 19 de outubro de 1998, após muita insistência, os agressores libertaram o casal, que se dirigiu à Delegacia de Polícia de Itararé, onde foi lavrado o Boletim de Ocorrências. No dia 19.10.98, o autor ajuizou ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, tendo a MM Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Itararé, após a ouvida do Ministério Público, deferido a liminar, determinando a expedição de mandado de reintegração de posse, com o auxílio da força policial. Na mesma data foi expedido ofício requisitando força policial. A Polícia Militar, no entanto, desde logo*

*criou obstáculos para atender à requisição judicial, solicitando dispendiosas providências ao requerente, tais como oito caminhões e motoristas; trinta carregadores; alimentação para todos os envolvidos na operação; dois assistentes sociais; dois representantes do Conselho Tutelar; duas ambulâncias; um médico e dois auxiliares de enfermagem. O autor atendeu prontamente o pedido da Polícia Militar, que somente no dia 27 de outubro de 1998 enviou ao local, para garantir o cumprimento da medida liminar, duzentos homens, que se mostraram absolutamente despreparados, incapazes de superar a resistência dos invasores, em número de, aproximadamente, 600 pessoas. Para comemorar o fracasso da Polícia Militar, os invasores abateram dois bois de propriedade do autor e promoveram uma grande churrascada, com o inequívoco propósito de afrontar a Polícia Militar e, via de consequência, o Poder Judiciário. A essa altura a Fazenda Rio Verde estava totalmente à mercê dos invasores, pois os empregados que permaneciam no local haviam sido expulsos no dia 23 de outubro de 1998, sem qualquer resistência. Somente no dia 10 de novembro de 1998, 23 dias após a invasão, os integrantes do Movimento dos Sem Terra decidiram iniciar a desocupação voluntária, instalando-se na estrada que corta a propriedade, sem a menor intervenção da Polícia Militar, mas continuaram ameaçando os empregados da fazenda e abatendo animais.”(grifos nossos)*

Esses fatos aconteceram no interior de São Paulo. No estado mais rico da Federação. Numa região que possui o segundo PIB *per capita* do País. Onde os contribuintes mais recolhem impostos. Por isso não restou ao Tribunal de Justiça reconhecer que:

“A responsabilidade civil do Estado é evidente, pois cumpria-lhe, ao receber o ofício de requisição de força policial para a reintegração de posse, tomar todas as providências cabíveis para o cumprimento da ordem judicial, mas nada providenciou, permitindo, com sua inércia, que a propriedade do autor permanecesse longo tempo em poder dos invasores. Houve, portanto, descumprimento de um dever jurídico estatal. ... Os danos causados, em consequência da invasão, estão suficientemente demonstrados nos autos ... [e pela] prova testemunhal que, inclusive, demonstrou que os invasores abateram e furtaram cerca de 290 a 300 cabeças de bois, e o mesmo número de porcos, carneiros e cabritos”.

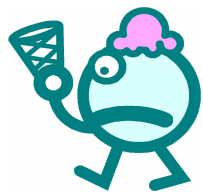
*Infelizmente as decisões do Judiciário paulistano tardam além do suportável. Depois de sete anos dos fatos ocorridos na Fazenda Rio Verde é que a mais alta corte estadual se manifestou a favor do proprietário. Mas transferiu, como em todos os casos idênticos, a conta para o bolso do contribuinte.*

*Se não houver uma mudança radical das autoridades estaduais e federais contra a estratégia empregada pelo MST, continuará a crescer um passivo já gigantesco contra os contribuintes. De 1998 até esta data já aconteceram milhares de invasões.*

*Não seria o caso de o Ministério Público (ou qualquer outra autoridade ou entidade) exigir que esse prejuízo seja pago pessoalmente por quem foi omissos? Ou seja, o governador, o secretário de Segurança ou o comandante da PM deveriam ser chamados para responder com os seus próprios bens pelos prejuízos que a sua omissão causou. Se isso ao menos fosse ensaiado, rapidamente as autoridades resolveriam a questão dos recursos necessários para cumprir a lei. E a sociedade agradeceria por um esqueleto a menos.*

Disponível em <<http://www.institutoliberal.org.br/publicacoes/thinktank/Destaque.doc>>.

# Aquecimento Cerebral



O Aquecimento Cerebral é uma doença extremamente grave que afeta a capacidade de bom senso. Tal problema ocorre quando há um superaquecimento dos neurônios responsáveis pelo processamento do bom senso. Isso ocorre com exposição excessiva a raios infravermelhos vindos de fontes como CartaCapital, Caros Amigos, O Capital, discursos de Fidel Castro e Hugo Chávez.

Para isso existe o símbolo da campanha de Esfriamento Cerebral, que consiste no uso da técnica avançada e milenar do sorvete na testa.

**Muito se disse contra esta lógica, mas na conjuntura de crise do socialismo e do marxismo, a hegemonia neoliberal foi se consolidando, apresentando-se, no discurso e na prática, como a única via possível para a realidade dos países.**

Diorge Konrad no artigo “A derrota do neoliberalismo no Brasil como uma necessidade social da América Latina em 2006”, do Portal Vermelho. O senhor me poderia dar um exemplo de liberalismo implantado na América Latina?

**Com certeza o Brasil é muito respeitado por ambos os lados e o caminho da proposta diplomática brasileira permanece, que é a do diálogo e do respeito à autonomia do povo palestino.**

Deputado Federal Nilson Mourão (PT-AC). Traduzindo: o Hamas terá total e irrestrito apoio do governo brasileiro e Israel que se dane. Não é a toa que o Hamas já pediu ajuda financeira ao Brasil.

**O CDC prevê a Política Nacional das Relações de Consumo. Por intermédio desta política, a lei prevê que é do Estado, no caso o Governo (Federal, Estadual e Municipal), a responsabilidade de garantir o respeito à saúde e segurança da população.**

Advogado Luiz Carlos Nemetz defendendo a tese de que o governo deve ser processado no caso de prótese de má-qualidade. Porque não processar a União quando alguém peida no elevador?

**Um lavrador foi condenado a pagar indenização pelo desmatamento ilegal de área de preservação permanente em Mariana (MG). A decisão é da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.**

Bom, daqui a pouco teremos arbustos processando pessoas.

**Estabelece mecanismos de incentivo para a produção, publicação e distribuição de revistas em quadrinhos nacionais.**

Projeto de Lei 6581/2006 do deputado petista, tinha que ser, Simplício Mário do Acre. Claro que tal projeto veio com idéias do tipo cotas para produção e financiamento público dos quadrinhos. Petista não descansa nunca.

**Dispõe sobre a contravenção de discriminação no uso de elevadores sociais.**

Projeto de Lei 6573/2006 do deputado Pastor Reinaldo (PTB-RS). Qual será a próxima proposta: criminalização do peido em elevador?

**Exigindo do fornecedor que reduzir a quantidade de peso, conteúdo, volume do produto que proceda igual redução no preço, por um período de seis meses.**

Projeto de Lei 6554/2006 do deputado Alberto Fraga (PFL-DF). Que belo liberalismo é esse, seu Fraga.

**Obriga os "shopping centers" em todo o território nacional, a instalar lixeiras para a disposição seletiva de lixo, e dá outras providências.**

Projeto de Lei 6534/2006 do notório deputado Carlos Nader (PL-RJ). Ele deve achar que as lixeiras atraem o lixo automaticamente, não precisando mais do dono do lixo para ser jogado na lixeira.

# Créditos & Expediente

## >>>FOTOS

**Capa do Registro Liberal** Family Fun Center

URL da imagem <<http://www.familyfuncenter.net/cybercafe.jpg>>.

**Matéria de Capa** Libertus

URL da imagem <<http://libertus.net/images/bsaflow.gif>>.

## >>>E-MAIL

registroliberal@yahoo.com.br

## >>>BLOG

registroliberal.blogspot.com

## >>>NOTAS IMPORTANTES

- A seção “Artigos” sempre conterà um artigo de Rodrigo Veleda, o editor do **REGISTROLIBERAL**, e outro que ele achar interessante para ser colocado.
- Caso queiras ter um texto publicado, favor mandar em arquivo RTF, fonte Georgia, tamanho 10, margens horizontais e verticais de 1cm. Sendo aprovado o texto terá publicado na seção “Opinião”. Não editarei o artigo, portanto envie em um tamanho razoável ou não será publicado.
- As cartas poderão ser resumidas devido a tamanho de espaço. Favor enviar junto seu nome e sobrenome, profissão, cidade e estado.
- Se algum material aqui usado for de uso restrito, contate-me que este será imediatamente retirado.
- Para receber a última versão do **REGISTROLIBERAL**, é só colocar seu email no campo referido no blog.